

Análisis urbano de la Foz do Douro: la división del territorio de Foz Velha como estudio de caso

Urban analysis of the Foz do Douro: the Foz Velha allotment as a case study

João Gadelho Novais TAVARES

Universidade do Porto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1152-7129> / joao.gnovaistavares@gmail.com

DOI: 10.18002/da.i22.7358

Recibido: 14/IX/2022

Aceptado: 06/VII/2023

RESUMEN: Con sus orígenes medievales, la actual Foz do Douro es el resultado de un proceso continuo de desarrollo, correspondiente a diferentes períodos de expansión urbana. Estas diferentes fases se caracterizan en términos de tejido urbano a través de la red de carreteras, las casas y la subdivisión del territorio. En este sentido, este trabajo pretende analizar el fraccionamiento de Foz Velha, prestando atención a sus formatos, la implantación de viviendas y la posible existencia de terrazas o espacios verdes anexos, a la vez que busca comprender la evolución urbana de Foz do Douro, considerando los distintos periodos de implantación de edificios y de reestructuración urbana.

Palabras clave: Foz do Douro; Foz Velha; Urbanismo; Ordenación del territorio.

ABSTRACT: With medieval origin, the current urbanism of Foz do Douro is the result of a continuous development process, corresponding to different periods of urban expansion. These different phases are characterized in terms of urbanism through the road network, the houses and the subdivision of the territory. In this sense, this paper aims to analyse the subdivision of Foz Velha, regarding to its formats, the implementation of housing and the possible existence of terraces or green spaces attached to it, while seeking to comprehend the urban evolution of Foz do Douro, considering the various periods of buildings constructions and urban reorganization.

Keywords: Foz do Douro; Foz Velha; Urbanism; Spatial planning.

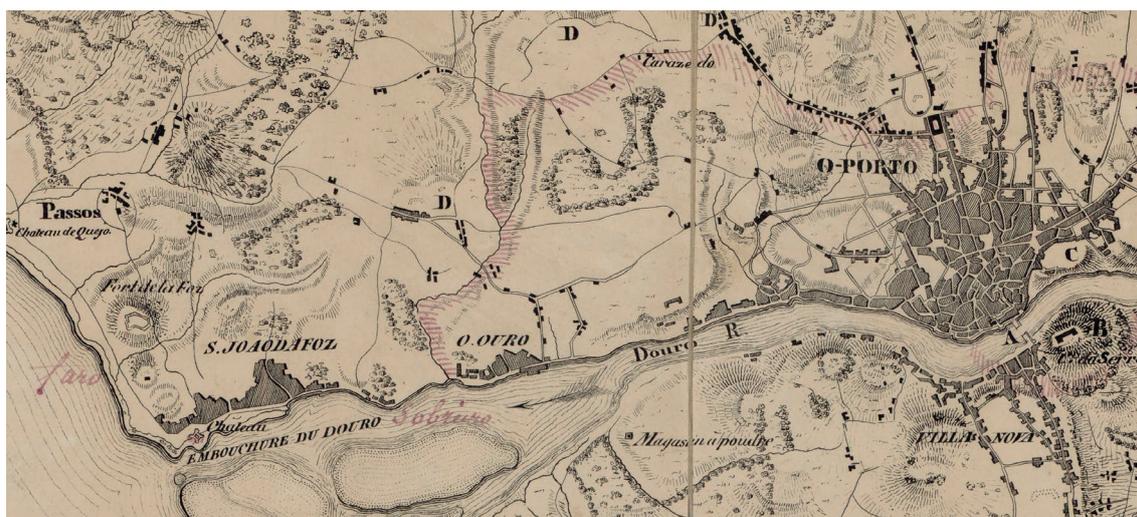
NOTA INTRODUTÓRIA

Situada na foz do rio Douro¹, o que motiva o seu topónimo, a *Foz* é inicialmente um aglomerado urbano próximo da cidade

¹ El presente artículo se ha elaborado en el marco de la unidad curricular "Estudios de Arquitectura II", integrada en el Máster de Historia del Arte, Patrimonio y Cultura Visual (FLUP).

do Porto, a cerca de seis quilómetros, mantendo-se, contudo, diametralmente diversa desta apesar do seu desenvolvimento urbano e da crescente comunicação entre os dois polos, facto que possivelmente contribuiu para que constituísse concelho independente entre 1834 e 1836 (Fig. 1)². É de notar que

² Nuno Ferreira y Manuel Joaquim Moreira da Ro-



▪ Fig. 1. Pormenor de Plan de la ville, du port et des environs d'Oporto en Portugal (1832). Calmet-Beauvoisin, Fonte: Biblioteca Nacional de França. GED-6105.

esta área urbana engloba vários bens patrimoniais classificados como de interesse público, dos quais se destacam a *Foz Velha*³, e o *Passeio Marítimo e Avenida Montevideu*⁴, atestando o interesse patrimonial do local e a coexistência de bens de diversos períodos e culturas artísticas, e confirmando o caráter palimpséstico do urbanismo. Estamos assim perante um espaço resultante de um acumular de estratigrafias históricas, arquitetónicas e urbanas, desde o período medieval, com a fixação de comunidades vocacionadas ora para a pesca, ora para a agricultura; passando pela presença de um *príncipe do renascimento*, D. Miguel da Silva, responsável pela introdução de arquiteturas de cariz erudito e de cultura artística classicizante. Posteriormente, no século XIX, a Foz é marcada por uma mudança de paradigma que a torna numa estância de veraneio; recebendo na contemporaneidade um caráter mormente residencial, com a introdução de edifícios

com uma escala diferenciada, procurando dar resposta à crescente procura habitacional. Assim, o presente trabalho procura analisar a organização do tecido urbano da Foz entre os séculos XIX e XXI recorrendo ao confronto de bibliografia específica com a análise comparativa de vários elementos cartográficos, uma vez que permitem a perceção global da área em estudo e a construção de uma narrativa evolutiva da malha urbana. A investigação da divisão territorial da Foz permitirá perceber os níveis e as formas de ocupação do território, compreendendo-o à luz das diferentes fases de desenvolvimento urbano. Concomitantemente, contribuirá para a caracterização deste conjunto urbano, uma vez que a morfologia do lote, o tipo de implantação do imóvel, a possível existência de logradouros ou áreas verdes e o processo de loteamento contribuem para a definição de uma determinada paisagem histórica urbana.

cha, "Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: da programação dos Almadás ao plano de 1952", *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, vol. 4 (2013), 206.

3 Portaria n.º 323/2013, de 23 de maio de 2013 (DR, 2ª série, n.º 106, de 3 de junho de 2013).

4 Portaria n.º 574/2011, de 30 de maio de 2011 (DR, 2ª série, n.º 109, de 6 de junho de 2011).

Destarte, debruçar-se-á inicialmente sobre a contextualização das várias fases de desenvolvimento do núcleo da Foz do Douro, comprovando-se se a implantação de determinado edificado corresponde a um período histórico particular e de que modo esse é executado. Para tal, é de salientar os contributos de José Alberto Rio Fernandes

no tocante à caracterização do território⁵, oferecendo dados sobre a evolução demográfica e a ocupação do espaço urbano; e de Nuno Moura⁶, essencial para a compreensão do desenvolvimento urbanístico da Foz do Douro, particularizando os diferentes momentos de expansão. José Ferrão Afonso e Mário Jorge Barroca permitem um conhecimento aprofundado deste espaço urbano no período medieval e início da idade moderna⁷, distinguindo concomitantemente várias entidades responsáveis pela administração do território e pela introdução de diversas alterações. Por outro lado, Maria Filomena Carvalho possibilita o entendimento do fenómeno de vilegiatura na Foz do Douro⁸, o qual produz alterações no espaço urbano, tanto ao nível da sua utilização e sociabilidade, como na construção de novos equipamentos. Salienta-se ainda o artigo de Jorge Fiel relativo aos transportes públicos portuenses⁹, contribuindo para a consciência da acessibilidade da Foz do Douro, e, por último, a monografia de Francisco Barata Fernandes¹⁰, a qual se debruça acerca das habitações correntes da burguesia portuense.

Numa segunda parte, pretende-se analisar a malha urbana, com particular atenção para o loteamento e a sua evolução, com o

intuito de averiguar a existência de homogeneidade no caso de estudo, quais os seus formatos, a área de implantação do edifício no lote e o número de pisos por habitação, a presença de logradouros ou zonas verdes anexas e o processo de parcelamento do território, estudo este inédito. Destarte, utilizar-se-á como ponto de partida a *Planta Topográfica da cidade do Porto* (1891-1892), de A. G. Telles Ferreira, uma vez que se trata de uma planta cartográfica bastante pormenorizada, realizada à escala 1:500, e correspondente a um período de mudança de paradigma da Foz, assim como a *Carta Topográfica da cidade do Porto* (1895), à escala 1:5000, reduzida da supramencionada planta, ambas disponíveis no Arquivo Histórico do Porto. Recorrer-se-á de igual forma ao *Plano hidrográfico da Barra do Douro levantado entre 1861-62* (1871), por C. M. Batalha, *et. al.*, sob a direção de F. Folque, por se tratar do elemento cartográfico mais antigo com informação pormenorizada da área em estudo; a outros planos urbanísticos existentes no referido arquivo, os quais permitem a perceção da divisão dos terrenos e dos seus proprietários em momentos distintos; e à *imagem de satélite* (2022) disponibilizada na plataforma GoogleMaps, permitindo a comparação com a atualidade e o aferimento das transformações ocorridas.

Com vista a uma maior operabilidade, procurou-se a divisão da Foz em várias unidades territoriais, desde a Cantareira ao Castelo do Queijo, assente na caracterização territorial de Rio Fernandes e em consonância com a divisão definida pela Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Foz Velha. Esta delimitação centra-se essencialmente nas características da malha urbana e no tipo de edificado, correspondentes a um determinado período de desenvolvimento ou consolidação urbana, resultando na definição de nove unidades: Cantareira, Bairro D. Leonor, Passeio Alegre, Foz Velha, Cadouços, Passeio Marítimo, Monte da Luz, Carreiros, e Avenida Montevideu.

Devido à extensão do território (Fig. 2), optou-se pela escolha da unidade *Foz Velha* para análise no presente trabalho, a qual se

5 José Alberto Rio Fernandes, "A Foz", *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, Vol. III (1987); José Alberto Rio Fernandes, *A Foz – Entre o Rio, o Mar e a Cidade* (Porto: O Progresso da Foz, 1989).

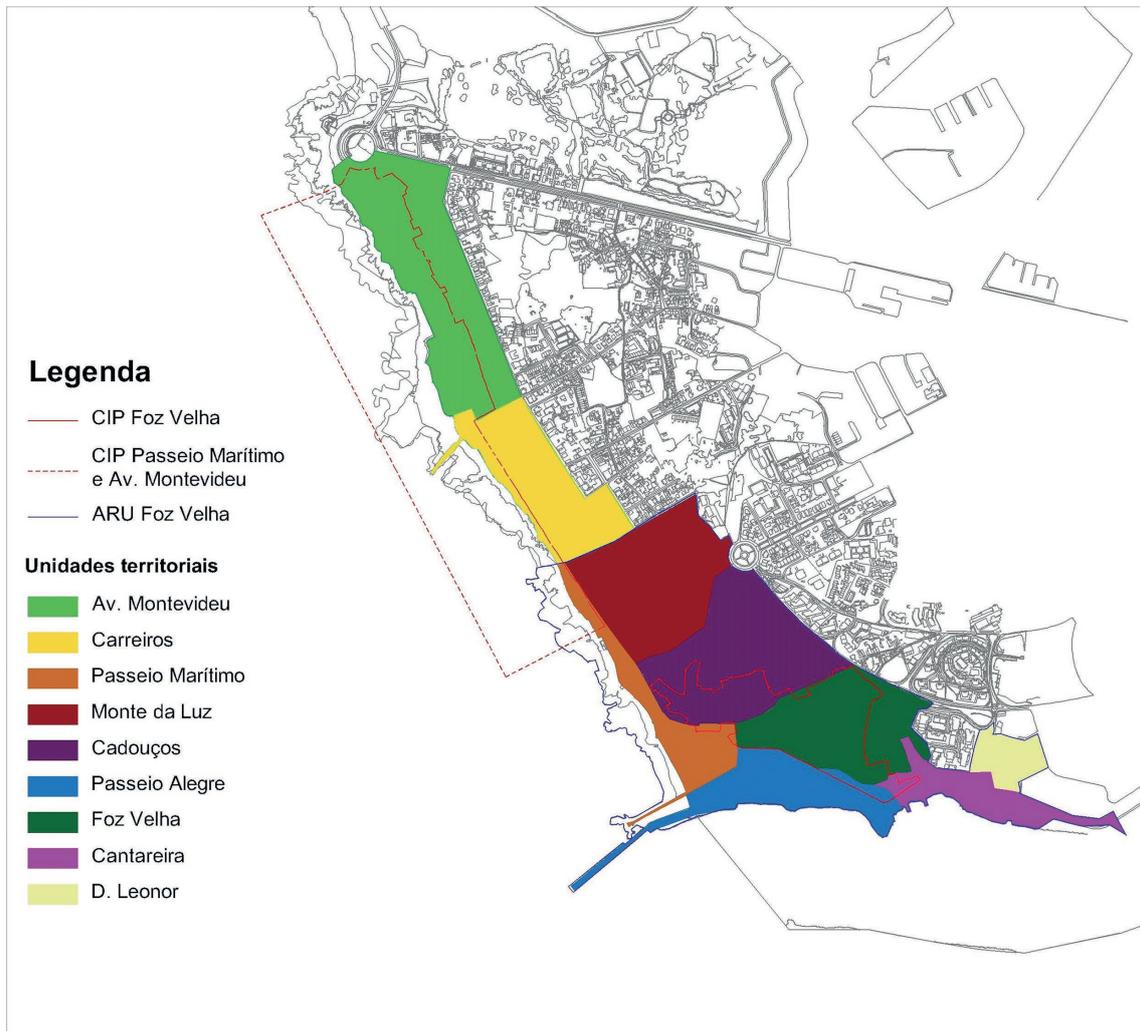
6 Nuno Moura, "A Foz do Douro: evolução urbana" (dissertação de mestrado, Porto, 2009).

7 José Ferrão Afonso, "Francisco de Cremona, arquiteto italiano na Foz do Douro e em Viseu no terceiro quartel do século XVI", *Estudos Italianos em Portugal*, nova série, n.º 12 (2017); Mário Jorge Barroca, *As fortificações do litoral portuense* (Lisboa: Inapa, 2001).

8 Maria Filomena Carvalho, "Arquitetura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)" (dissertação de mestrado, Porto: 1996).

9 Jorge Fiel, "Um século da atribulada história dos transportes públicos do Porto", *O Tripeiro*, Série Nova, vol. II, n.º 7-8 (1983).

10 Francisco Barata Fernandes, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade* (Porto: FAUP, 1999).



▪ Fig. 2. Unidades territoriais da Foz do Douro. Fonte: o autor (desenho em suporte CAD).

subdividiu em vários quarteirões de modo a propiciar uma leitura mais detalhada.

Interessa, porém, a definição prévia de algumas aceções conceptuais utilizadas no presente trabalho. Entende-se assim *lote* por uma parte delimitada do solo (*prédio*¹¹) constituída sob uma operação de loteamento ou um plano de pormenor¹², no qual se incorporam edifícios, águas e plantações, à semelhança de *chão*. A cartografia de Telles Ferreira indica a existência de diversas parcelas não edificadas junto das habitações,

como logradouros, não identificando, contudo, o seu tipo de utilização, o qual poderá ser destinado a «funções de estadia, recreio e lazer, privado, de utilização coletiva ou de utilização comum, e adjacente ou integrado num edifício ou conjunto de edifícios»¹³. Assim, designa-se doravante estes espaços ao ar livre por *áreas verdes*, permitindo uma maior abrangência tipológica. Entende-se por *parcela* uma fração territorial delimitada de forma topológica, jurídica ou física¹⁴. Telles Ferreira representa igualmente alguns

11 Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro (DR, 1ª série, n.º 186, de 27 de setembro de 2019), 67.

12 Decreto Regulamentar n.º 5/2019, ... (DR, 1ª série, n.º 186, de 27 de setembro de 2019), 53.

13 Decreto Regulamentar n.º 5/2019, ... (DR, 1ª série, n.º 186, de 27 de setembro de 2019), 52.

14 Decreto Regulamentar n.º 5/2019, ... (DR, 1ª série, n.º 186, de 27 de setembro de 2019), 61.

jardins, no entanto, perante a impossibilidade de confirmação da veracidade formal dos mesmos, uma vez que possuem um carácter maioritariamente indicativo de uma composição vegetal, opta-se pela utilização do termo *espaço ajardinado*, entendido enquanto composição arquitetónica essencialmente vegetal, ordenada e construída pelo Homem¹⁵. Considera-se *loteamento* como «as ações que tenham por objeto ou por efeito a constituição de um ou mais lotes destinados, imediata ou subsequentemente, à edificação urbana e de que resulte a divisão de um ou vários prédios ou do seu reparcelamento»¹⁶. Por último, entende-se por *piso* cada um dos planos sobrepostos em que um edifício se divide¹⁷.

DESENVOLVIMENTO URBANO DA FOZ DO DOURO

O desenvolvimento deste núcleo urbano poderá ser dividido em três fases distintas. A primeira corresponde a um período de fixação e desenvolvimento de uma comunidade fortemente relacionada com as atividades marítimas, nomeadamente a pesca, não obstante a introdução de diversos equipamentos de defesa militar e de apoio náutico. Posteriormente, a partir do século XVIII, a Foz conhece uma nova expansão urbana motivada pela prática de vilegiatura, potenciando concomitantemente a alteração do tecido social. Por último, destaca-se a transformação ocorrida nos séculos XX e XXI, a qual torna este conjunto urbano numa área maioritariamente residencial.

O COUTO DE S. JOÃO DA FOZ

Apesar dos diversos indícios de ocupação no paleolítico¹⁸, a Foz conhece uma de-

15 ICOMOS, *Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos* (Florença, 21 de maio de 1981).

16 Decreto Regulamentar n.º 5/2019, ... (DR, 1ª série, n.º 186, de 27 de setembro de 2019), 57.

17 Decreto Regulamentar n.º 5/2019, ... (DR, 1ª série, n.º 186, de 27 de setembro de 2019), 65.

18 Moura, "A Foz do Douro...", 6.

seenvoltura entre os séculos XII e XIII, com o assentamento de uma comunidade piscatória, a qual terá surgido e se terá desenvolvido durante a ocupação romana¹⁹.

Em 1145, D. Afonso Henriques doa as suas possessões na Ermida de S. João da Foz a D. Roberto e ao Mosteiro de Riba de Paiva. Posteriormente, em 1196, a Infanta D. Mafalda de Portugal recebe o couto do Mosteiro de S. Salvador de Bouças de seus pais, o qual englobava a povoação de S. João da Foz, sendo posteriormente, em c.1210, doada por esta ao Mosteiro de Santo Tirso, da Ordem de S. Bento, então denominado por *Couto da Foz*, o qual terá a sua posse até 1834²⁰. A Foz vai progredindo, beneficiando do dinamismo comercial portuense, não obstante se mantenha de reduzida dimensão comparativamente a outras localidades piscatórias da região²¹. É de notar que o *Couto da Foz* albergava tanto S. João da Foz, mais marítima, como Nevogilde, mais rural e de menor dimensão populacional²², situação que se verificará até ao alvorecer do século XIX, como testemunha a *Carta Topográfica* de Telles Ferreira (1895).

Esta localidade beneficia do mecenato de D. Miguel da Silva, um *príncipe do renascimento* português que aquando do seu retorno a Portugal (1525) é nomeado abade comendatário do Mosteiro Beneditino de Santo Tirso, pelo qual empreende uma série de obras na Foz, a cargo de Francesco da Cremona, arquiteto italiano que incorpora na sua comitiva²³, com o intuito de a transformar à semelhança de *Ostia Antica*.

19 Alberto Sampaio, *As Póvoas Marítimas* (Lisboa: Editorial Veja, 1979), 72-73.

20 Barroca, *As fortificações...*, 15-17.

21 Moura, "A Foz do Douro...", 9-10, 14.

22 Domingas R. Vasconcelos, Francisco Sousa Rio y José Resende Dias, "A frente marítima do Porto: uma paisagem urbana a salvaguardar e valorizar", *II Encontro CITCEM – O Mar: Patrimónios, Usos e Representações* (2011), 1.

23 Afonso, "Francisco de Cremona...", 131.

D. Miguel e Cremona são assim responsáveis pela construção da igreja matriz, no local onde existia uma antiga ermida beneditina, conciliando a cultura artística renascentista, com influências dos preceitos de Alberti, Bramante, Di Giorgio, Rafael Sanzio, e as particularidades medievalistas do local²⁴. Edifica-se ainda o paço abacial, com ideais de harmonia e proporção clássicos (*concinnitas*)²⁵, um templete dedicado a *Portumnos*, o Farol de S. Miguel-o-Anjo e uma baliza para a navegação, os últimos contribuindo para o melhoramento da Barra do Douro.

Com o aumento dos ataques de pirataria, na segunda metade do séc. XVI, construir-se-á o Forte de S. João da Foz (Castelo da Foz) e de S. Francisco Xavier (Castelo do Queijo) de modo a ampliar a proteção da Barra, vindo o primeiro a ser amplamente reformado no final do séc. XVIII, com plano do eng. Reinaldo Oudinot, igualmente responsável pelo projeto do molhe e farolim de Felgueiras, no âmbito do seu programa para melhoramento da navegabilidade na entrada do Douro²⁶. Para este melhoramento contribui ainda o Farol da Luz, construído em meados do séc. XVIII por ordem do Marquês de Pombal²⁷.

Neste sentido, a *Foz Velha*, núcleo primitivo desta área, é efetivamente consolidada no final do séc. XIX, na sequência da formação paulatina de uma mancha urbana consistente no morro sobranceiro ao Farol do Anjo e ao Castelo da Foz, onde se situa igualmente a nova igreja paroquial, a julgar pelas fontes gráficas da época, como a *Planta Geográfica da Cidade do Porto* (1789) de Sousa Maldonado, espraiando-se até à *Cantareira*, área que Rio Fernandes particulariza por possuir maior homogeneidade urbana, com um traçado viário irregular e intrincado, e o

«acantonado das casas»²⁸. O porto da Cantareira oferece durante vários séculos uma alternativa à Barra do Douro (Fig. 3), recebendo progressivamente melhoramentos, como é o caso dos molhes.

No tocante ao edificado, Barata Fernandes considera que se implanta neste núcleo um tipo de habitação corrente da burguesia mercantilista, desenvolvida entre os séculos XV e XVII e com características distintas dos restantes períodos de expansão²⁹, como adiante se expõe. Ao nível da funcionalidade destaca-se a possibilidade de alojamento de uma pequena área comercial ou de oficina no piso térreo, relegando os pisos superiores à habitação³⁰.

A VILA DE VILEGIATURA

Enquanto a Foz do Douro, com a extinção das ordens religiosas, passa para a edilidade portuense, em 1836, Nevogilde é integrada no concelho de Bouças, onde permanecerá até 1895, altura em que passará ao concelho do Porto. A Foz era então caracterizada pelas ruas sinuosas, casas modestas e vastas áreas verdes no seu entorno³¹.

A moda de *ir a banhos* potencia a urbanização de toda a área, desenvolvendo-se no lado ocidental um novo bairro, a *Foz Nova*³², com uma grande afluência da comunidade britânica³³, num primeiro momento, e da burguesia e aristocracia portuense e do norte do país³⁴. Este fenómeno promove a edificação de novas habitações, adotando-se mode-

24 Afonso, "Francisco de Cremona...", 136-137.

25 Afonso, "Francisco de Cremona...", 138-139.

26 Barroca, *As fortificações...*, 8-83, 89.

27 Moura, "A Foz do Douro...", 44.

28 Fernandes, "A Foz", 23.

29 Fernandes, *Transformação ...*, 83-83, 122.

30 Fernandes, *Transformação ...*, 125.

31 Fernandes, *A Foz - Entre ...*, 45.

32 Rio Fernandes atenta para uma rivalidade entre os dois núcleos, plasmada inclusive na designação de "manteigueiros" para os da *Foz Nova* e de "vareiros" os da *Foz Velha*. Fernandes, *A Foz - Entre...*, 20.

33 Fernandes, "A Foz", 18.

34 Maria Briz, "A vilegiatura balnear marítima em Portugal. 1870-1970" (dissertação de doutoramento, Lisboa, 2003), 217.



▪ Fig. 3. Pormenor de Planta Geográfica da Barra da cidade do Porto (1789). T.S. Maldonado (delin.); Godinho (sculp.). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Iconografia. E. 976 V.

los de matriz apalaçada ou de *chalet* na então *estrada de Carreiros* (atual Avenida do Brasil) e ao largo do Jardim do Passeio Alegre³⁵. Em determinados casos, poder-se-á assistir ao loteamento de terrenos e posterior construção de habitações para aluguer sazonal por parte dos próprios proprietários, de forma a rentabilizar o seu património e a dar resposta à crescente demanda turística³⁶. Contudo, o caso da Foz enquanto estância balnear particulariza-se por um investimento imobiliário particular, com a construção exclusiva de habitações próprias, e não por urbanizações planeadas e financiadas por determinado investidor, como ocorre noutras estâncias balneares portuguesas³⁷.

Estas habitações de vilegiatura, particularizadas por Barata Fernandes como próprias da *burguesia liberal*, respondem a um novo desígnio exclusivamente habitacional³⁸, sendo reguladas pelos eixos retilíneos dos arruamentos e pensadas segundo uma dinâmica voltada para o mar. É de salientar que Carreiros possui já um núcleo habitacional em meados do séc. XIX, impulsionado pelo porto homónimo, o qual recebe melhoramentos, como é exemplificativa a construção do seu molhe (1869)³⁹.

Quanto à ligação da Foz ao burgo do Porto, no início do séc. XVIII esta era efetuada por uma via à cota alta, passando por Lordelo e Cedofeita, e outra junto à marginal, a qual já existiria em 1792⁴⁰, desenvol-

35 Fernandes, *A Foz - Entre...*, 47.

36 Moura, "A Foz do Douro...", 47, 73;

37 Briz, "A vilegiatura ...", 221, 227, 231-234.

38 Fernandes, *A transformação ...*, 170.

39 Vasconcelos, Rio y Dias, "A frente marítima do Porto...", 2.

40 Moura, "A Foz do Douro...", 47.



▪ Fig. 4. Pormenor da Foz do Douro na Carta Topográfica da cidade do Porto (1895). Telles Ferreira. Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto. D-CDT/B4-1(4).

vendo-se posteriormente vias e transportes vários, os quais encurtavam paulatinamente o tempo de viagem e aumentavam a sua comodidade. Inicialmente, o percurso seria feito por carroção, seguido pelo *omnibus* e pelos *char-à-bancs*⁴¹. O Barão da Trovisqueira, em 1870⁴², consegue uma licença para a construção de uma linha de caminho-de-ferro, para circulação dos *americanos*, entre o Porto e a Foz pela marginal, inaugurada em 1872, partindo da Porta Nova (Miragaia)⁴³. Posteriormente é requerida pela mesma companhia, a denominada *Companhia de Baixo*, a ampliação do seu percurso ao centro do Porto e à estrada para Campanhã, através da Rua dos Ingleses. Não obstante, a concessão vem a ser atribuída a António Vieira de Castro e Evaristo Lopes, que constituirão em 1874 a Companhia Carris de Ferro do Porto, a *Com-*

panhia de Cima, a qual passava a ligar a Praça Carlos Alberto e Cadouços, através da Avenida da Boavista⁴⁴. Em 1895 são introduzidos os *elétricos*⁴⁵, dando resposta a uma crescente procura de ir à Foz, então popularizada com a moda de *ir a banhos*.

Esta prática desenvolve-se, no final do séc. XVIII, por influência da *nação inglesa* residente no Porto, implantando-se no seio das classes sociais favorecidas, burguesia e aristocracia (*aburguesada*), enquanto meio de legitimação do seu *status* social. Contribui ainda para a afirmação desta *praxis* a recomendação feita pela comunidade médica para a *toma de banhos de mar* – talassoterapia – de tal forma que, em 1885, são publicados no Porto guias para o estabelecimento de estâncias balneares segundo o sistema Marney, permitindo a aproximação à realidade internacional. Advoga-se assim que estas estâncias deveriam constituir-se por uma

41 Carvalho, "Arquitectura e Vilegiatura ...", 16.

42 Em 1858 Albino F. de Paiva Araújo já requerera a mesma concessão. Fiel, "Um século da atribulada...", 196-197.

43 Fiel, "Um século da atribulada...", 196-203.

44 Fiel, "Um século da atribulada...", 199.

45 Carvalho, "Arquitectura e Vilegiatura...", 19.

série de equipamentos relacionados com a talassoterapia e o recreio público, desde banhos quentes e frios, hotéis e restaurantes, a casinos, passeios públicos e demais equipamentos de recreio⁴⁶. O Jardim do Passeio Alegre é apanágio destes equipamentos urbanos⁴⁷, tornando-se no principal centro de sociabilidade da Foz, ao qual se acresce o coreto no início do séc. XX e o melhoramento da Avenida de Carreiros, em 1888, com vias mais largas e espaços de promenade, o qual é integrado numa campanha camarária de alinhamento e construção de arruamentos na Foz desde 1838⁴⁸, com o objetivo de melhorar urbanisticamente este novo *bairro* e de o tornar mais atrativo.

Neste sentido, a Foz vai ao encontro da mudança do paradigma urbanístico português, no século XIX, através da expansão da cidade extramuros com a construção quer de ilhas operárias quer de *moradas de casas* burguesas, sendo empreendidos diversos projetos de urbanização na Foz do Douro, nomeadamente o alinhamento de vias, como a rua da Cerca (1838), da Esplanada do Castelo (1859), e da rua de Nossa Senhora da Luz (1859), assim como a abertura de novos arruamentos⁴⁹, imbuídos do espírito *fontista* de modernização das vias de comunicação.

Entre a *Foz Nova* e a *Foz Velha* existe uma zona de transição, *Cadouços*, delimitada sensivelmente pelas ruas da Cerca e de Diu⁵⁰. Esta é pautada por vias mais retilíneas, como a Rua Fonte de Cadouços (atual Rua Fonte da Luz), Rua de Cadouços e Travessa da Cerca, projetadas em 1862, ou pela Rua da Gama (atual Rua de Diu); pela existência

de praças, como a de Cadouços; e por construções verticalmente desenvolvidas, comparativamente à *Foz Velha*, mantendo-se a elevada densidade habitacional⁵¹. A própria conceção arquitetónica e de ajardinamento dos espaços públicos e privados conferem características particulares ao local. Por outro lado, o *Farol* e a respetiva envolvente urbana (*Monte da Luz*), possui particularidades devido à sua orografia declivosa tanto no traçado das vias como na construção de habitações baixas, não obstante a elevada densidade construtiva⁵².

É ainda neste período que se denota a vontade urbanizadora ao longo da frente atlântica⁵³, na *estrada de Carreiros* (atual Avenida do Brasil), como demonstra o projeto relativo à sua abertura e retificação⁵⁴. Estas novas vias, mais largas e arborizadas, planeadas segundo um traçado retilíneo e tendencialmente ortogonal, refletem as tendências urbanísticas do *culte de l'axe* haussmaniano⁵⁵. A conclusão da Avenida da Boavista, rematada pela Praça Gonçalves Zarco, e o prolongamento da Avenida de Carreiros, contribuem ainda para o desenvolvimento urbano desta área, introduzindo modelos internacionais de arquitetura, a par de alguns edifícios que procuram a valorização da identidade nacional (Fig. 4)⁵⁶.

46 Carvalho, "Arquitectura e Vilegiatura...", 9-13, 31.

47 Construído entre 1869 e 1892, segundo plano do arquiteto paisagista Emílio David.

48 Carvalho, "Arquitectura e Vilegiatura...", 32-36.

49 Carvalho, "Arquitectura e Vilegiatura...", 33-34.

50 Relativamente a Rio Fernandes (Fernandes, "A Foz", 23), a proposta das unidades territoriais da ARU da Foz Velha difere, sendo antes delimitada pelas ruas Fonte da Luz, da Cerca e do Padre Luís Cabral.

51 Fernandes, *A Foz - Entre...*, 51.

52 Fernandes, "A Foz", 24.

53 Contribui ainda para esta a vontade em melhorar a ligação do Porto a Matosinhos e Leça de Palmeira, onde então se planeava construir o novo Porto de Leixões. Carvalho, "Arquitectura e Vilegiatura...", 36.

54 Carvalho, "Arquitectura e Vilegiatura...", 34.

55 Leonardo Benevolo, *Storia dell'architettura moderna* (Bari: Laterza, 2017), 90, 103.

56 Nuno Ferreira e Manuel Joaquim Moreira da Rocha, "Trajetos da arquitetura civil na cidade do Porto do século XIX à primeira metade do século XX", en *História da Arquitetura - Perspetivas Temáticas*, coord. por Manuel Joaquim Moreira da Rocha (Porto: CITCEM, 2018), 68.

O BAIRRO RESIDENCIAL

Com o séc. XX, a Foz é alvo de um maior investimento municipal, nomeadamente na mobilidade dos habitantes, permitindo colmatar o abrupto crescimento demográfico da área e confirmar uma nova mudança de paradigma⁵⁷, afirmando-se mormente como área residencial⁵⁸. Assiste-se à construção de esplanadas, jardins e equipamentos públicos. É ainda criada, em 1945, a Comissão de Estudos da Valorização Turística da Foz-do-Douro, procurando o *aformoseamento* e valorização da frente marítima⁵⁹. Esta nova leva urbanística é caracterizada, particularmente na *Foz Nova*, pela construção nas décadas de 1970 e 1980 de prédios de rendimento de vários pisos, entre 4 e 9⁶⁰, por vezes de maior volumetria face aos pré-existentes, demolindo edificações anteriores, caso necessário, ou ocupando os terrenos disponíveis na área, como ocorre na Avenida do Brasil e na Foz Velha, para a implantação de residências permanentes⁶¹. Concomitantemente a estes *blocos de betão*, constroem-se moradias de 2 a 3 pisos, precedidas por um jardim, criando um ambiente intimista e contrastante com os referidos blocos⁶².

Na extensão da antiga *estrada de Carreiros*, atual Avenida de Montevideu, há um impulso construtivo na década de 1930, mantendo-se o caráter de moradia apalaçada, maioritariamente unifamiliar, de grande dimensão e qualidade plástica, com os jardins e muros a serem igualmente confinados pelo arruamento⁶³, enquanto a Avenida do

57 Na freguesia de Nevogilde, este aumento ronda os 800% entre 1878 e 1930. Fernandes, "A Foz", 20.

58 Ferreira y Rocha, "Etapas de consolidação da paisagem ...", 213.

59 Ferreira y Rocha, "Etapas de consolidação da paisagem ...", 221.

60 Fernandes, "A Foz", 25.

61 Vasconcelos, Rio y Dias, "A frente marítima do Porto...", 2.

62 Fernandes, "A Foz", 25.

63 Vasconcelos, Rio y Dias, "A frente marítima do

Brasil alberga maioritariamente edifícios de habitação plurifamiliar.

Em meados do século XX são ainda edificados bairros sociais, como o *Grupo de Moradias Populares da Pasteleira* e o *Bairro do Marechal Gomes da Costa*⁶⁴. O *Bairro da Rainha D. Leonor*, abrangido pela ARU da Foz Velha, responde a necessidades socioeconómicas particulares, tendo sido construído em conformidade com a envolvente, com edifícios de habitação plurifamiliar de 2 pisos, segundo um traçado linear e planeado⁶⁵, acompanhados cada um por uma pequena área de jardim privativo. Existem igualmente edifícios excecionais quanto à sua tipologia e função, nomeadamente edifícios de matriz rural, reminiscentes de um período anterior marcadamente agrícola; e relacionados com o recreio, turismo e desporto, maioritariamente na frente marítima.

FOZ VELHA: CASO PRÁTICO DE ANÁLISE URBANA

O núcleo da Foz Velha, como referido anteriormente, é caracterizado por uma malha urbana tendencialmente irregular, com vias estreitas a formarem pequenas áreas públicas na sua confluência, visível no cruzamento da Rua da Beneditina com a Rua de Montebelo, desta última com a Rua do Sacramento, ou da Rua de S. João com a Rua da Bela Vista (atual Rua Raúl Brandão). São, contudo, o Largo do Rio da Bica, o Largo da Beneditina, o Largo de Montebelo e o Largo da Igreja que oferecem uma maior área pública, situando-se nestes poços, fontes, passos da paixão, ou, especificamente no último, a igreja paroquial. Não obstante o caráter gerador da Rua Central (atual Rua Padre Luís Cabral), que estabelece uma certa orientação do edificado através de ruas transversais conducentes à beira marítima, a Foz Velha apresenta tanto áreas densamente habitadas e com diminuto espaço verde, como

Porto...", 3.

64 Fernandes, "A Foz", 21.

65 Fernandes, "A Foz", 27.



▪ Fig. 5. Pormenor da Foz do Douro no Plano hidrográfico da Barra do Douro (1871). C. M. Batalha, et. al.; F. Folque (dir.). Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto. D-CDT/B4-1(4).

áreas com menor densidade construtiva e com terrenos agrícolas de vasta dimensão. Note-se que estes arruamentos tendencialmente perpendiculares à orla costeira facilitam a circulação entre a zona baixa e a Rua Central, como a Rua Bela, Rua das Motas e Rua das Laranjeiras, contrariando a intrincada tessitura viária presente na área em torno da Canteira, caracterizadas por uma maior irregularidade e uma menor largura (Fig. 5).

A vontade urbanizadora oitocentista é igualmente visível nesta área, tendo sido alargada e regularizada a Travessa das Laranjeiras⁶⁶, aprovada pela edilidade portuense em 1868, e projetados outros alinhamentos de vias, como o *Projeto de alinhamento e alargamento da rua dos Olivais e outras (na Foz) desde a Cantareira até encontrar a rua Central* (1891)⁶⁷, relativo à Rua dos Olivais, Rua da Benedictina, e Rua de Montebelo, pretendendo,

em vão, estabelecer um eixo de ligação ortogonal amplo entre a zona baixa (Cantareira) e a zona alta (Rua Central).

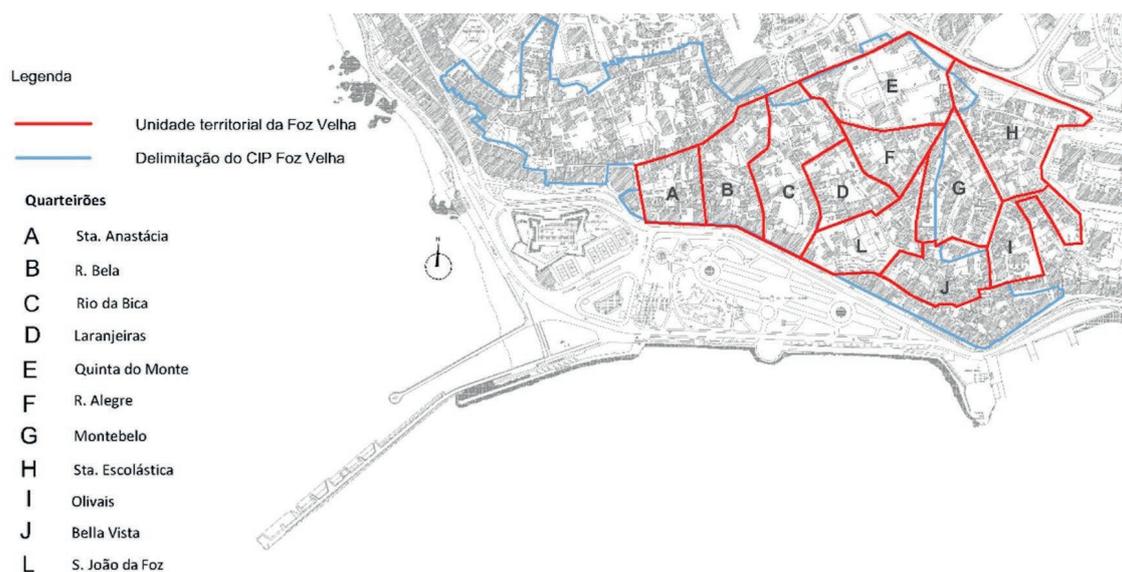
A leitura da Foz Velha poderá ser estruturada essencialmente em três zonas com cunhos diferenciados: rural, burguesa e piscatória. O espaço de tendência rural situa-se a nascente e a cota alta, nas imediações do *Lugar dos Olivais* e do *Morro da Pasteleira* (quarteirões E, F, G, H e I), pautado por áreas agrícolas de maior dimensão e casas de lavoura associadas, as quais se voltam essencialmente para o espaço intramuros ou para os logradouros nas traseiras dos lotes⁶⁸, com hortas e espaços verdes, conferindo um aspeto particular às vias, com muros de elevada extensão rasgados por portões. Esta zona aproxima-se do que Rio Fernandes define como subárea da *Corguinha*, pautada por habitações unifamiliares baixas, com uma média de 1.48 pisos por edifício (Fig. 6)⁶⁹.

66 Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), Livro de Plantas, D-CDT/A3-431.

67 AHMP, Livro de Plantas, D-CMP/3(113).

68 Fernandes, "A Foz", 72.

69 Fernandes, "A Foz", 204-205.



▪ Fig. 6. Estruturação da unidade territorial da Foz Velha em quarteirões. Fonte: o autor (desenho em suporte CAD).

Por outro lado, a designada zona burguesa (quarteirões A, B, C, D e L) é associada ao conjunto edificado à cota baixa e a meia encosta, essencialmente compreendida entre o Castelo do Queijo, a Rua Central e a igreja paroquial de S. João da Foz, correspondente a habitações correntes da burguesia *mercantilista*, como define Barata Fernandes, de função mista ou residencial, construídas maioritariamente entre os séculos XV e XVII e particularizadas por um maior aparato exterior e definição tipológica⁷⁰. Estas situam-se em lotes irregulares, sem loteamento geométrico prévio, podendo ocupar a totalidade do lote, em cujos casos não apresentam logradouro; ou implantar-se junto à via pública, possibilitando a existência de duas frentes e de logradouro anexo⁷¹. Formalmente, são caracterizadas pela sua organização em dois ou três pisos e pelo rasgamento de dois ou três vãos por pavimento⁷². É de notar a construção de habitações burguesas no séc. XIX na Rua do Passeio Alegre, pertencentes a uma burguesia *liberal*, caracterizadas por uma maior dimensão e regularidade do lote,

⁷⁰ Fernandes, *Transformação ...*, 120.

⁷¹ Fernandes, *Transformação ...*, 120-125.

⁷² Fernandes, *Transformação ...*, 122-123, 127.

sobretudo de uma frente, podendo ocupar a totalidade da largura deste e agregar jardins⁷³, hortas e terreiros em espaços planos (ou aplanados para o efeito)⁷⁴. Estes edifícios, de exclusiva função habitacional, possuem dois a quatro pisos, sendo geralmente associados em banda por repetição simples ou geminação, com partilha de uma parede de meação⁷⁵. Poder-se-á ainda associar a estes edifícios os *palacetes*, com quatro frentes e implantados à face da via pública⁷⁶.

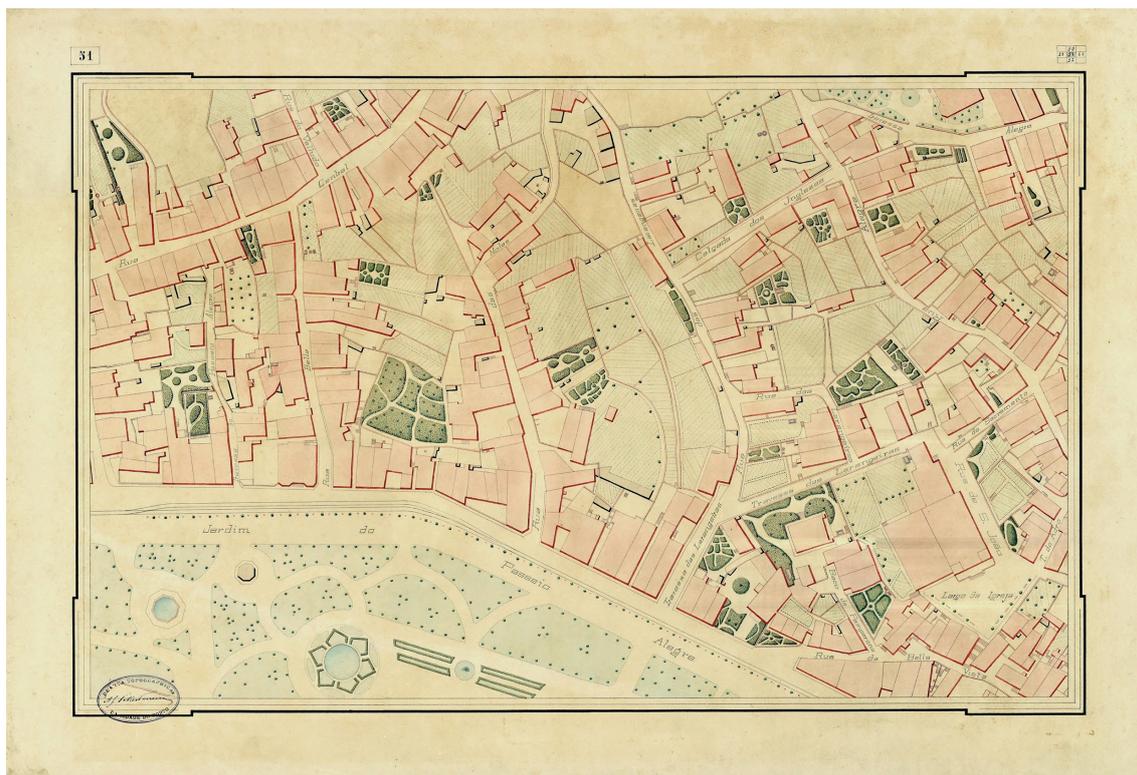
A área de pendor piscatório localiza-se nas imediações da Cantareira e Sobreiros (quarteirão J), importante núcleo pesqueiro, e do Largo da Beneditina, à cota baixa. Existe aqui uma irregularidade das vias e dos lotes, geralmente ocupados na sua totalidade pela habitação, não permitindo a existência de espaços verdes adjacentes. Atenta-se ainda para o seu paulatino abandono por parte da

⁷³ Maria do Carmo Pires, *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar* (Porto: FAUP), 103.

⁷⁴ Fernandes, *Transformação ...*, 171.

⁷⁵ Fernandes, *A transformação ...*, 175; Pires, *A Rua Álvares Cabral ...*, 101.

⁷⁶ Pires, *A Rua Álvares Cabral ...*, 121-123; Fernandes, *A transformação ...*, 171.



▪ Fig. 7. Pormenor da Planta Topográfica da cidade do Porto (1892) abrangendo os quarteirões de Sta. Anastácia, R. Bela, Rio da Bica, Laranjeiras, Quinta do Monte, Bella Vista e S. João da Foz na. A. G. Telles Ferreira. Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto. D-CDT/A4-51(51).

comunidade piscatória como consequência do desenvolvimento da vilegiatura na Foz do Douro⁷⁷, levando à substituição de parte do edificado anterior por habitações de maior prestígio.

QUARTEIRÃO DE STA. ANASTÁCIA

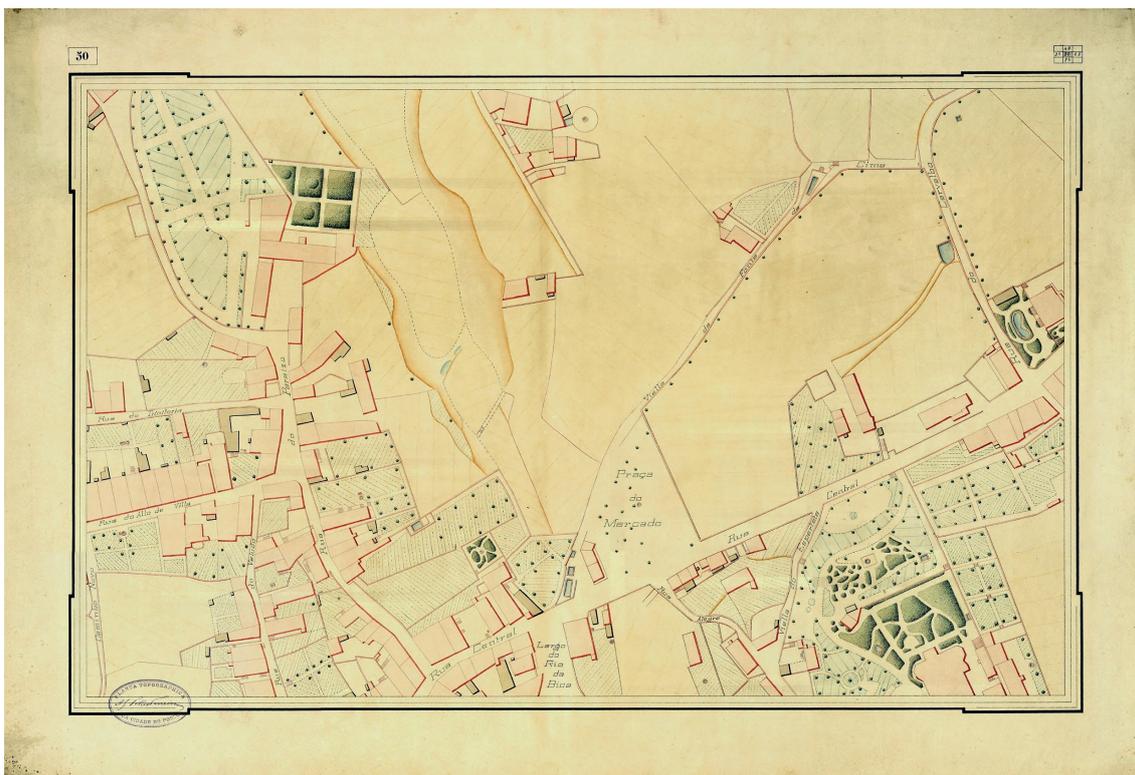
Neste quarteirão (Fig. 7), definido pela Rua de Santa Anastácia, Rua Central, Rua Bela e Rua do Jardim do Passeio Alegre, há a predominância de um lote alongado, particularmente os voltados para a Rua Central, com as habitações a ocuparem a maioria deste, não existindo na sua maioria logradouro. A Rua Central constitui-se ainda como o principal centro comercial da Foz Velha até ao século XX, tanto de retalho do tipo diário, como não diário ou de natureza económica,

relacionando-se com o apoio direto à ocupação residencial do território⁷⁸.

De entre as demais, destacam-se as habitações voltadas para o Jardim do Passeio Alegre, de maior largura e mais nobilitadas, podendo possuir espaços ajardinados nas traseiras, como é o caso da n.º 994 e n.º 1006; ou terreiros laterais, como o Palacete de Domingos Oliveira Maia. Estes dois últimos edifícios destacam-se da restante malha urbana ao nível do alçado, com quatro e três pisos respetivamente, bem como através da sua linguagem formal, com o Palacete de Domingos Oliveira Maia a utilizar o revivalismo neomedieval. As habitações excedentes possuem na sua maioria um ou dois pisos, aos quais acrescem um piso sobradado ou em subcave.

⁷⁷ Moura, "A Foz do Douro...", 92.

⁷⁸ Fernandes, "A Foz ...", 40-46.



▪ Fig. 8. Pormenor da Planta Topográfica da cidade do Porto (1892) abrangendo os quarteirões da R. Bela, Rio da Bica, Quinta do Monte e Rua Alegre. A. G. Telles Ferreira. Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto. D-CDT/A4-51(50).

Comparativamente com a atualidade, destacam-se a ocupação de parte da área ajardinada da habitação n.º 1006 com dependências arquitetónicas, bem como a demolição de parte do edificado e área verde de um dos lotes compreendido entre a Rua de Sta. Anastácia e a Travessa do Passeio Alegre para construção de um condomínio privado composto por quatro blocos de apartamentos, n.ºs 36, 38, 40, e 44, conduzindo à regularização do lote em que se insere. É de notar que aquando da reabilitação do edifício sito na Rua de Sta. Anastácia, n.º 44, procura-se a recuperação visual da pré-existência, nomeadamente no número de vãos e no piso em subcave, conquanto se assista ao acrescento de um piso sobradado. Por outro lado, observa-se a replicação do mesmo modelo no atual n.º 36, contrariando a traça do edifício pré-existente, uma garagem, pelo que podemos considerar neste caso ser um falso histórico.

Ao nível do edificado, coexistem lado-a-lado na Rua Central habitações de períodos vários, sobressaindo algumas destas pela qualidade do seu programa plástico, com a inserção de vãos de sacada com guardas em ferro trabalhado, aventais em cantaria, platibandas ou urnas, à semelhança das residências da Rua Bela. Releva-se ainda a existência no quarteirão da capela de Sta. Anastácia e de dois Passos da Paixão, integrados entre o edificado. Através do confronto com o *Plano Hidrográfico da Foz do Douro*, denota-se a construção de determinadas habitações, nomeadamente a atual n.º 1039 da Rua Padre Luís Cabral e os n.ºs 12, 78 e 82 da Travessa do Passeio Alegre, pelo que se poderá apontar a sua edificação entre as décadas de 1860 e de 1890.

QUARTEIRÃO DA R. BELA

Desde edifícios que ocupam a totalidade do lote (Fig. 8), à existência de logradouro

ros, ou de vastas áreas ajardinadas, esta porção urbana possui bastante irregularidade. Os imóveis voltados para o Jardim do Passeio Alegre e para a Rua Bela, ocupam lotes irregulares de média dimensão, com pequenos terraços nas traseiras, na sua maioria, excetuando o registo superior da Rua Bela, com a presença de logradouros estreitos e compridos. Atenta-se igualmente para o não alinhamento das habitações da Rua do Passeio Alegre, apesar da inexistência de restrições construtivas nesta frente, tendo alguns destes edifícios sido erigidos entre 1860-90, uma vez que não figuram no Plano de F. Folque *et. al.*, à semelhança das habitações no meandro da Rua das Motas. Atualmente este desalinhamento de fachadas já não é visível devido à demolição de parte do edificado e à construção contemporânea de prédios de rendimento alinhados com a respetiva via, alterando concomitantemente a dimensão do lote. Por outro lado, as habitações do registo inferior da Rua das Motas são caracterizadas pela inexistência de logradouros, destacando-se, contudo, a n.º 59-65 por possuir um terreiro lateral e uma vasta área ajardinada no interior do lote, atualmente ocupada pela área de garagens de um prédio com frente para o Passeio Alegre.

Na parte superior deste quarteirão, os talhões são de maior dimensão, conquanto permaneçam irregulares, permitindo a integração de áreas verdes nas traseiras dos edifícios voltados para a Rua Central. Destes, salienta-se a habitação n.º 901 da Rua Central, com uma vasta área verde compreendida entre esta e a Rua das Motas, onde se situam outras dependências. Ao longo da Rua Central, assiste-se a um prolongamento do tipo de habitação existente no quarteirão anterior, com a predominância de edifícios com dois pisos, crescendo-se em alguns casos um piso sobradado, à semelhança da Rua Bela, denotando-se, contudo, nesta um maior número de habitações térreas. Destacam-se ainda as habitações do troço inferior da Rua das Motas, possuindo entre dois e três pisos e um programa plástico mais cuidado, com a integração de aventais ou mol-

duradas dos vãos em cantaria, vão de sacada com gradeamento férreo, platibandas e ocasionalmente revestimento em azulejo.

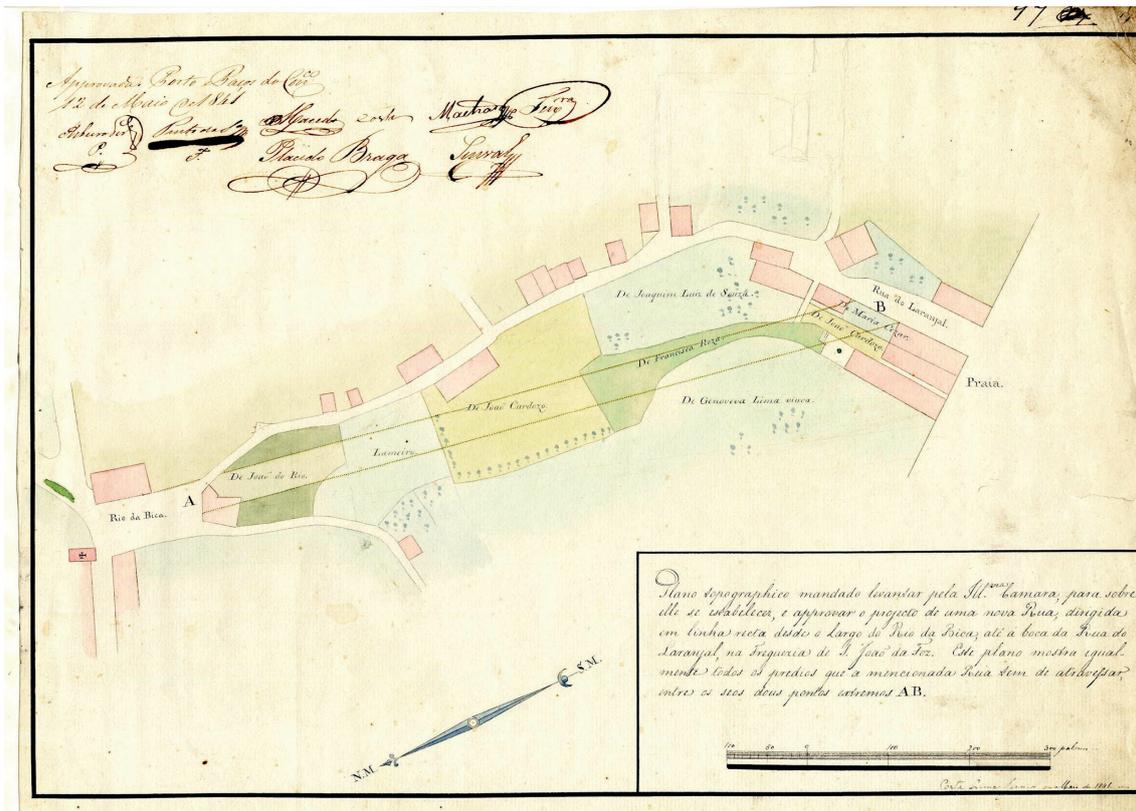
QUARTEIRÃO DO RIO DA BICA

Com base na comparação entre a *Planta Topográfica da cidade do Porto*, de Telles Ferreira, e o *Plano Topographico mandado levantar pela Ill.ma Camara para [...] uma nova Rua [...] desde o largo do Rio da Bica, até à boca da Rua do Laranjal [...]* (1841)⁷⁹, é possível verificar o processo de divisão dos terrenos e edificação entre as décadas de 1840 e 1890. Assim, através deste último apreende-se que o terreno de gaveto pertencente a João do Rio (entre a Rua das Motas e Rua das Laranjeiras), inicialmente com apenas um edifício voltado para o Largo e implantado num terreno agrícola, tenha sido parcelado e acrescidas habitações de reduzida dimensão, tipo-ilha, no referido período. Esta comparação permite ainda a perceção de uma maior divisão dos terrenos identificados como sendo de João Cardozo em 1841⁸⁰. Identifica-se também a construção de duas moradias no Largo do Rio da Bica (n.º 1-5 e n.º 15), as quais demarcam-se do restante edificado ao nível do alçado; e de um conjunto de moradias entre o n.º 72 e o n.º 102 da Rua das Motas, algumas das quais geminadas, não levantadas no *Plano Hidrográfico*; mantendo-se praticamente inalterados os lotes ao longo da Rua das Laranjeiras. Não obstante, comparativamente com a atualidade assistimos à construção de moradias geminadas onde anteriormente se situava um lameiro, e ao longo da Rua das Laranjeiras (n.º 93-133, e n.º 226), com a demolição do edifício de gaveto entre a Rua Central, Largo do Rio da Bica e Rua das Laranjeiras e substituição por um prédio de rendimento (Fig. 9).

Comparativamente à restante *Foz Velha*, os talhões compreendidos entre a Rua das Laranjeiras e a Rua das Motas, e entre a Calçada dos Ingleses e a Rua Central, são

79 AHMP, Livro de Plantas, D-CDT/A3-250

80 AHMP, Livro de Plantas, D-CDT/A3-250.



- Fig. 9. Plano Topográfico mandado levantar pela Ill.ª Camara para [...] uma nova Rua [...] desde o largo do Rio da Bica, até à boca da Rua do Laranjal [...] (1841). Costa Lima Júnior. Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto. Livro de Plantas, D-CDT/A3-250.

caracterizados por uma menor densidade urbana, no final do séc. XIX, situando-se aqui terrenos agrícolas em parcelas de forma irregular, nos quais as habitações se implantam à face dos arruamentos. Contudo, no registo inferior da Rua das Laranjeiras, predomina o lote estreito, com os edifícios a ocuparem a maioria deste e, quando existente, uma pequena porção de terreno nas traseiras destinada ao cultivo ou a um espaço ajardinado. É de notar a regularidade existente no edificado desta fração inferior, nomeadamente ao nível da cércea, número de vãos e elementos constituintes da fachada.

Uma vez mais, sobressaem do restante quarteirão as habitações voltadas para o Jardim do Passeio Alegre, com um programa plástico de maior erudição, como é exemplificativo o Palacete de Margarida Pereira Machado (ou do Visconde de Oliveira), o qual utiliza uma linguagem revivalista através

da inclusão de elementos neomedievalistas como arcos apontados e ameias, mormente a aplicação de colunas com capitel classicizante.

QUARTEIRÃO DAS LARANJEIRAS

As habitações da Rua das Laranjeiras, já identificadas no final da primeira metade do séc. XIX através do referido plano topográfico de 1841, implantam-se maioritariamente em terrenos longos e estreitos, com a existência de logradouros nas traseiras destes. Através da *Planta Topográfica da cidade do Porto* de-
nota-se a existência de espaços ajardinados em algumas das residências. No interior do quarteirão em análise figuram igualmente grandes áreas verdes, as quais poderiam ser dedicadas à prática agrícola. Por outro lado, demarcam-se a habitação n.º 35 da Rua Alegre e a situada no gaveto entre esta última e

a *Calçada dos Ingleses*, as quais implantam-se em terrenos irregulares de grande dimensão, sendo definidas na supramencionada cartografia de Telles Ferreira zonas ajardinadas nas áreas verdes do lote. O restante casario, no gaveto entre a Travessa das Laranjeiras, Rua do Sacramento e Rua Alegre, é constituído por lotes de reduzida dimensão, com as habitações a articularem-se com pequenos pátios laterais ou traseiros. Ao nível do edificado há uma tendente homogeneidade no presente quarteirão, possuindo maioritariamente entre dois e três pisos, aos quais poderá ser acrescido um andar sobradado, bem como ao nível do alçado, caracterizado pela sua sobriedade.

Face à atualidade, denota-se a conservação das dimensões e delimitações dos lotes, e respetivo edificado, não obstante a construção de uma moradia na Rua Alegre e a abertura murária para inserção de uma entrada de garagem já no séc. XX⁸¹. De notar igualmente a intervenção arquitetónica do edifício n.º 25-27 da Calçada dos Ingleses, assim como a construção de edifícios de habitação no gaveto compreendido entre a Rua das Laranjeiras e a travessa homónima, comparativamente à cartografia de Telles Ferreira.

QUARTEIRÃO DA QUINTA DO MONTE

Este quarteirão, à cota alta, é delimitado pela Travessa Alegre, Rua de Montebelo e Rua Central, sobressaindo do núcleo da *Foz Velha* pela vasta dimensão dos terrenos e reduzida densidade habitacional. A ocupar sensivelmente metade desta área, de enlevar a *Quinta do Monte* (ou *Quinta do Nassau*), sendo composta por palacete⁸², capela e demais

81 Intervenções visíveis através da comparação das imagens Street View, disponibilizadas pela plataforma GoogleMaps, captadas em julho de 2009 e março de 2015, e a realidade atual.

82 Considerado o segundo palacete neomanuelino construído na cidade do Porto. Hernâni L. S. Maia, "Memória da Cidade: Monumento nacional desde 1986", *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXXV, n.º 3 (2006), 90.

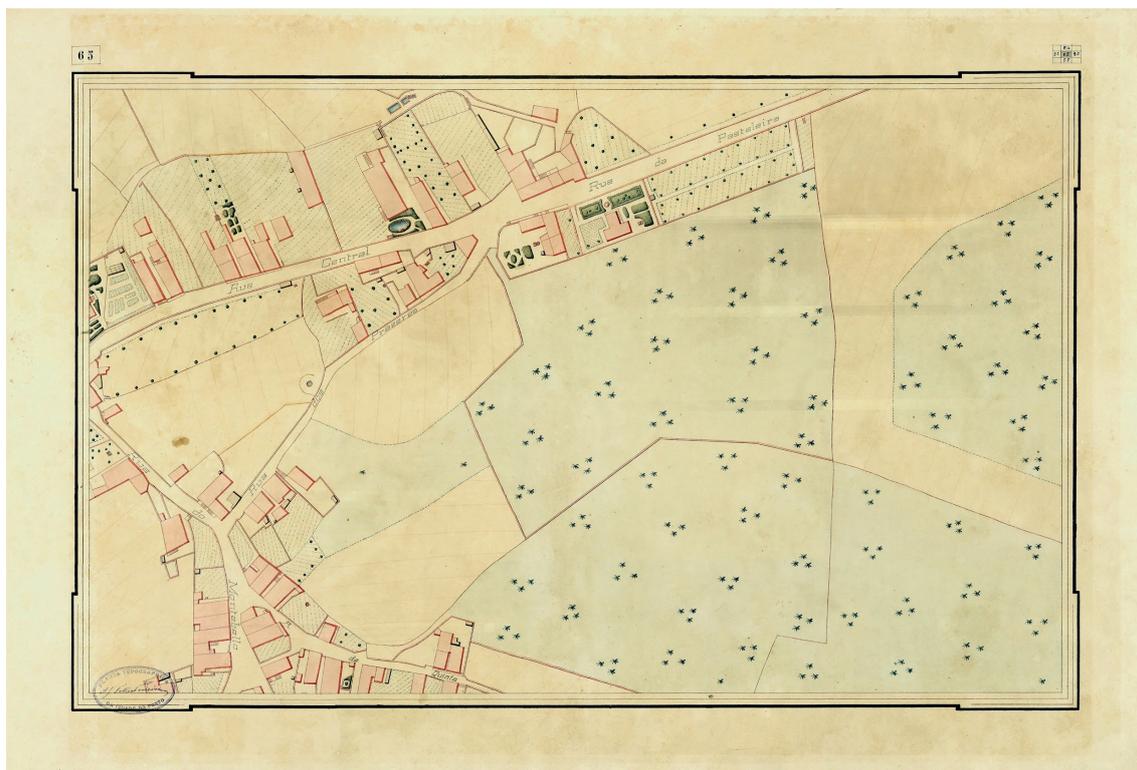
dependências, envolvidas por diferentes zonas ajardinadas, formando um parque. Destacam-se igualmente a habitação n.º 55 da Travessa Alegre, bem como as habitações n.º 169 (atualmente em ruínas) e n.º 189, integrando áreas ajardinadas ou agrícolas de dimensão considerável face ao paradigma da *Foz Velha*. Concomitantemente, o conjunto de edifícios voltados para a Rua Central, e no gaveto entre a Travessa Alegre e a Rua de Montebelo, são definidos por lotes de menor dimensão, com um caráter mais regular, possuindo, alguns destes, áreas verdes adjacentes, leitura corroborada pela análise do *Projeto de alinhamento e alargamento da rua dos Olivais e outras (Foz) desde a Cantareira até encontrar a rua Central*⁸³. Face à atualidade, identifica-se o acrescento de estruturas arquitetónicas em algumas das habitações, nomeadamente de pisos sobradados e ampliações nas traseiras; e à construção de habitações ao longo da Viela do Espertete, entretanto obstruída.

QUARTEIRÃO DA R. ALEGRE

O presente quarteirão organiza-se através da divisão em diversos talhões irregulares (Fig. 10), tendencialmente estreitos, com praticamente todos os edifícios a ocuparem a parte fronteira deste, destinando as traseiras a logradouro. Salienta-se ainda no espaço urbano a superfície murária quase contínua de um dos lados da Travessa Alegre, contrastando com o lado oposto, mas que contribui para conferir um caráter rural à área. Destaca-se neste conjunto os terrenos de gaveto, entre a Travessa Alegre e a Rua de Montebelo, por possuírem uma maior área verde, e a habitação n.º 54, com um espaço ajardinado lateral. Atenta-se ainda para a existência de um conjunto de habitações, implantadas numa área regular, com acesso por uma estreita via lateral.

Atualmente, este quarteirão agrega uma série de construções na Travessa Alegre, compreendidas entre o n.º 18 e o n.º 22, onde

83 AHMP, Livro de Plantas, D-CMP/3 (113).



▪ Fig. 10. Pormenor da Planta Topográfica da cidade do Porto (1892) abrangendo os quarteirões da Rua Alegre, do Montebelo, de Sta. Escolástica. A. G. Telles Ferreira. Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto. D-CDT/A4-51(65).

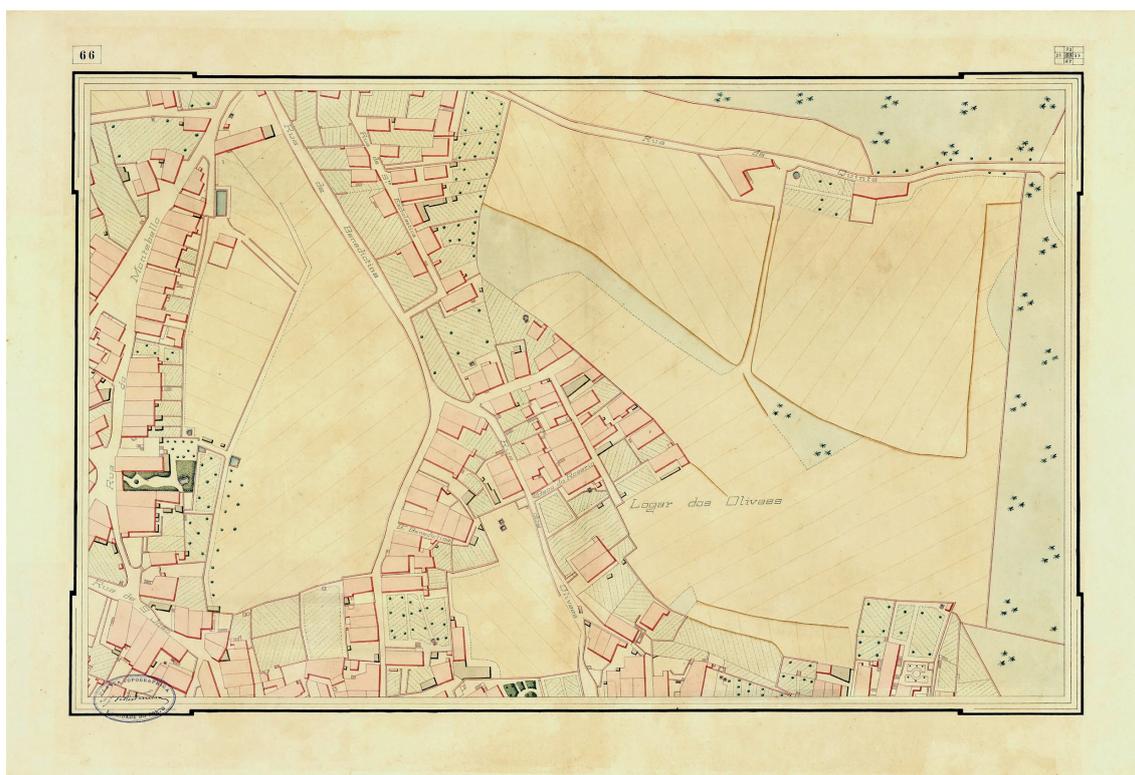
anteriormente existia um logradouro, e entre o n.º 54 e o n.º 60, num espaço identificado como de área verde na *Planta Topográfica* de Telles de Ferreira, assim como um prédio de rendimento sito no n.º 81-87 da Rua de Montebelo. Por sua vez, as habitações da Rua Alegre mantêm até à contemporaneidade o mesmo perfil, com a habitação presente na frente do lote e logradouro nas traseiras. Esta via possui ainda *casas grandes*, com a presença de dois e três pisos, elementos em cantaria lavrada e vãos de sacada ou mirantes, as quais poderão resultar de casas rurais pré-existentes, igualmente identificadas nos restantes arruamentos deste quarteirão, embora em menor número.

QUARTEIRÃO DO MONTEBELO

Seguindo o alinhamento da Rua Montebelo (Fig. 11), a divisão desta área é caracterizada pelo lote estreito, com os edifícios

à face da via pública e logradouros nas traseiras. Há uma maior regularização no loteamento dos terrenos, os quais confinam com a cerca de uma área agrícola que se estende até à Rua da Beneditina e com ligação à habitação voltada para a confluência da supracitada rua com a Travessa do Adro e a Rua Alegre, a qual possui junto a si uma zona ajardinada, incluindo um espelho de água. Importa ainda salientar a existência de outras dependências e vários tanques de água nesta propriedade, permitindo avançar a hipótese de que esta fosse dedicada à produção agrícola.

O confronto com cartografia atual permite a perceção de uma alteração substancial neste quarteirão, particularmente no terreno agrícola supramencionado, abrindo-se a atual Rua Padre Xavier Coutinho e edificando-se várias moradias contemporâneas ao longo desta e da Rua da Beneditina, algumas das quais geminadas. Por sua vez,



▪ Fig. 11. Pormenor da Planta Topográfica da cidade do Porto (1892) abrangendo os quarteirões do Montebelo, de Sta. Escolástica, dos Olivais, da Bella Vista e de S. João da Foz. A. G. Telles Ferreira. Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto. D-CDT/A4-51(66).

o edificado da Rua de Montebelo mantém-se praticamente inalterado, persistindo a existência de logradouros na área posterior do lote.

QUARTEIRÃO DE STA. ESCOLÁSTICA

Assiste-se na presente faixa a um menor aglomerado urbano, potenciado pela dispersão das habitações, isoladas pelas áreas irregulares nas quais se inserem. Note-se que Telles Ferreira define estas áreas como zonas verdes, podendo-se apontar a possibilidade de existência de hortas, prática atualmente presente em alguns destes lotes.

A *Fotografia aérea da cidade do Porto, fiada 7, n.º 057* (1939) permite ainda perceber a manutenção da baixa densidade construtiva⁸⁴, denotando-se, contudo, um maior lo-

teamento da área norte da Rua da Quinta. Atualmente identifica-se a construção de moradias geminadas na Rua de Sta. Escolástica e na Rua da Quinta, bem como de novas dependências nas habitações da Rua da Beneditina, mormente a manutenção de áreas verdes na envolvente da casa (Fig. 12).

QUARTEIRÃO DOS OLIVAIS

Este quarteirão é maioritariamente definido por lotes estreitos e de reduzida dimensão, distribuídos entre a Rua da Beneditina, Rua dos Olivais, Beco do Rosário (atual Rua de Santo António) e atuais Ruas do Bom Jesus e de Sta. Senhorinha, onde se implantam habitações vernaculares. Em alguns dos casos, o edifício ocupa a totalidade do *chão*, com os restantes a possuírem uma diminuta área verde ou de logradouro, a qual possibilita o arejamento e a iluminação da habitação, visto confrontarem com vias estreitas, ou a plantação de uma pequena

⁸⁴ AHMP. Livro de Plantas, F-NV/LA-Cx12/9/F7(057).



▪ Fig. 12. Fotografia aérea da cidade do Porto, fiada 7, n.º 057 (1939). Fonte: AHMP. F-NV/LA-Cx12/9/F7(057) 2.

horta para consumo doméstico. Excetua-se destes exemplares uma pequena quinta, a qual apesar de não possuir uma elevada extensão, parcela a sua área verde em diversos canteiros, visível na *Planta Topográfica* de Telles Ferreira. Atualmente no local da referida quinta e respetiva habitação encontra-se um bloco de apartamentos.

A análise comparativa entre os planos de F. Folque (dir.), *et al.* e de Telles Ferreira, permite apreender a construção de ilhas nos logradouros entre as décadas de 1860-90 na

Rua dos Olivais e na Rua de Sta. Senhorinha. Face à manutenção geral da estrutura do lote até à atualidade, destaca-se a edificação de um bloco habitacional na referida quinta em substituição da anterior habitação, sito na Rua da Beneditina, n.º 32, e de prédios de rendimento no terreno agrícola adjacente.

QUARTEIRÃO DA BELLA VISTA

Predomina no presente conjunto a inexistência de áreas verdes, sendo os edifícios dispostos na malha urbana de forma orgâni-

ca, os quais se ajustam aos arruamentos irregulares e estreitos. Neste sentido, o Largo da Beneditina oferece algum arejamento ao espaço, não se identificando, todavia, a presença de habitações de maior prestígio. Por outro lado, há uma maior confluência destas ao longo da Rua da Bella Vista (atual Rua Raúl Brandão), com habitações de maior dimensão, com dois a três pisos, escadarias de acesso lateral em cantaria, vãos de sacada suportados por mísulas, bem como, por vezes, fachadas com revestimento em azulejo. É de notar a inexistência de uma unidade formal neste quarteirão, com os edifícios a possuírem cêrceas e volumetrias diferenciadas, particularmente na Rua de S. João da Foz e no Largo e Rua da Beneditina, mantendo-se este caráter até à atualidade.

QUARTEIRÃO DE S. JOÃO DA FOZ

Organizado em torno do Largo da Igreja e da Rua de S. João, conducente à igreja paroquial de S. João da Foz, este quarteirão apresenta tanto habitações inseridas em lotes irregulares com áreas verdes, como habitações que ocupam a totalidade do *chão*, pertencentes a uma classe não burguesa. Na sua maioria, não possuem logradouro ou jardim associado, em virtude da forte pendente da via e do acantonamento das casas ao longo do monte, produzindo um fraco arejamento e iluminação natural. É exemplificativo o conjunto de casas no lado sul do Largo da Igreja, destruídas com a abertura do mesmo até à Rua do Passeio Alegre, na década de 1950⁸⁵, criando a atual Rampa da Igreja.

Não obstante a existência de escadas de acesso à igreja paroquial entre a Rua da Bella Vista e o Largo da Igreja, são apresentados estudos para a construção de umas novas escadas a partir da Rua do Passeio Alegre, na década de 1940⁸⁶, de forma a valorizar a igreja, através da abertura da perspetiva visual.

85 AHMP. Estudos [do Gabinete de Urbanização]. D-CMP/4(113).

86 AHMP. Projetos [do serviço da Carta da Cidade]. D-CMP/3(456); AHMP. Projetos [do Gabinete de Urba-

Neste conjunto urbano destaca-se a moradia existente no gaveto entre as duas vias supracitadas, enquadrado por uma área ajardinada, à semelhança do palacete cujo terreno confronta com a igreja paroquial, o Pátio das Japoneiras e a Travessa das Laranjeiras. Estes dois edifícios evidenciam-se dos demais quer pela sua dimensão, quer pelos elementos arquitetónicos e respetiva qualidade, bem como pela própria área do lote em que se inserem. A nível urbanístico, a restante área permanece praticamente inalterada, tendo sido erigidas duas habitações na Travessa do Adro da Foz, já no séc. XX, onde anteriormente existia uma área verde, bem como são introduzidas algumas garagens, dando resposta à falta de lugares de estacionamento no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Foz Velha* apresenta um desenvolvimento urbanístico contínuo, resultante de diferentes fases de expansão, cuja antiguidade do núcleo urbano é sugerida pela irregularidade das vias e por uma certa atrofia da malha urbana. Apesar disso, são empreendidas reformas na época contemporânea com o intuito de a *aformosear* e de a adaptar às necessidades hodiernas, tendo em vista a salubridade e a regularização urbana, como demonstram os planos de construção do Jardim do Passeio Alegre, a abertura da Rampa da Igreja, os estudos de construção de escadas de acesso à igreja desde a Rua do Passeio Alegre e os projetos, embora não realizados, de uma nova via entre o Largo do Rio da Bica e a Rua das Laranjeiras. Assim, apesar da forte irregularidade do terreno e da elevada densidade construtiva em parte do território, são introduzidas alterações na malha urbana, aproximando-o das transformações então realizadas na *Foz Nova*, com a qual mantém uma relação estreita.

Relativamente ao loteamento do território, este terá sido realizado de forma maioritariamente orgânica a partir dos casais de

nização]. D-CMP/5(89).

origem medieval, correspondendo à alteração das práticas agrícolas no local e a uma mudança do *modus vivendi*. Destacam-se os lotes com maior regularidade e homogeneidade na Rua Central, Rua do Passeio Alegre e respetivas perpendiculares, bem como na Rua da Bella Vista, face à restante *Foz Velha*, nos quais se implantam os edifícios de habitação corrente da burguesia *mercantilista e liberal*. Estas habitações de vilegiatura demarcam-se no espaço urbano pela qualidade do programa plástico e pela integração de espaços ajardinados e logradouros de pequena e média dimensão, permitindo responder aos seus desígnios de recreio.

Apesar do cariz de vilegiatura da Foz do Douro e da construção de habitações burguesas, conservar-se-ão outros tipos de habitações correntes, nomeadamente ao longo da Rua de Montebelo, na Rua de S. João da Foz e no quarteirão dos Olivais, com ou sem logradouros (de pequena dimensão, quando existentes), permitindo a presença de pequenas hortas e o arejamento da própria habitação, uma vez que recebem pouca iluminação face às vias estreitas e aglomerados urbanos onde se implantam. Destacam-se ainda os edifícios ligados ao comércio local ou à prestação de serviços, nomeadamente ao longo da Rua Central, e os edifícios de função mista com o piso térreo a ser ocupado por uma loja ou oficina, visíveis ao longo da Rua Bela e da Rua do Passeio Alegre, confirmando a diversidade morfotipológica da Foz Velha.

Por sua vez, assiste-se a uma arquitetura associada à comunidade piscatória em torno do Largo da Beneditina, à cota baixa, nas imediações da Cantareira, centro nevrálgico desta prática. A inexistência de um loteamento desta área, o que permitiria a inclusão de logradouros anexos às habitações, prender-se-á com a não necessidade destes espaços para a sua vida quotidiana, uma vez que as atividades ligadas à pesca, como reparação dos barcos ou das redes, eram desenvolvidas junto à marginal. À cota alta e na periferia, permanece até ao séc. XX a existência de áreas de cariz agrícola, com terrenos de maiores dimensões e casas ru-

rais, corroborando a existência contínua de uma outra comunidade que não a piscatória na Foz do Douro.

A análise realizada permitiu compreender a diversidade de lotes existentes, podendo estes serem estreitos e compridos ou com uma maior dimensão, com logradouros nas traseiras, pátios laterais, espaços ajardinados ou vastas áreas agrícolas, com a habitação a situar-se na parte fronteira do lote, junto à via pública, no centro do terreno, ou a ocupar a sua totalidade. Possibilitou ainda a identificação de alterações no edificado, incluindo demolições de habitações para a construção de prédios de rendimento e à abertura de entradas de garagem. Não obstante, a análise do edificado e das suas alterações requereria uma análise comparativa exaustiva orientada para a leitura das permanências, destruições e alterações nos edifícios através da consulta de licenças de obras, pareceres prévios e fontes visuais várias, o qual ultrapassaria o objetivo do presente trabalho. Contudo, a metodologia comparativa aplicada permitiu a perceção das alterações da malha urbana e a sua associação às diferentes fases de desenvolvimento da Foz Velha, bem como a confirmação da elevada heterogeneidade do seu tecido urbano, abrindo caminho a futuras investigações acerca da organização territorial da Foz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, José Ferrão. “Francisco de Cremona, arquiteto italiano na Foz do Douro e em Viseu no terceiro quartel do século XVI”. *Estudos Italianos em Portugal*, nova série, n.º 12 (2017), 131-147.
- Barroca, Mário Jorge. *As fortificações do litoral portuense*. Lisboa: Inapa, 2001.
- Benevolo, Leonardo. *Storia dell'architettura moderna*. Bari: Laterza, 2017. (Obra original publicada em 1960).
- Maria Briz “A vilegiatura balnear marítima em Portugal. 1870-1970”. Dissertação de doutoramento. Universidade Nova de Lisboa, 2003.

- Carvalho, Maria Filomena. "Arquitetura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)". Dissertação de mestrado. Universidade do Porto, 1996.
- Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, que fixa os conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo (DR, 1ª série, n.º 186, de 27 de setembro de 2019).
- Fiel, Jorge. "Um século da atribulada história dos transportes públicos do Porto". *O Tripeiro*, Série Nova, vol. II, n.º 7-8 (1983), 196-203.
- Fernandes, Francisco Barata. *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP, 1999.
- Fernandes, José Alberto Rio. "A Foz". *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, Vol. III (1987), 13-56.
- Fernandes, José Alberto Rio. *A Foz – Entre o Rio, o Mar e a Cidade*. Porto: O Progresso da Foz, 1989.
- Ferreira, Nuno y Manuel Joaquim Moreira da Rocha. "Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: da programação dos Almadás ao plano de 1952". *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, vol. 4 (2013), 191-230.
- Ferreira, Nuno y Manuel Joaquim Moreira da Rocha. "Trajetos da arquitetura civil na cidade do Porto do século XIX à primeira metade do século XX". Em *História da Arquitetura – Perspetivas Temáticas*, coordenado por Manuel Joaquim Moreira da Rocha, 63-83. Porto: CITCEM, 2018.
- ICOMOS. *Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos*. Florença, 21 de maio de 1981.
- Maia, Hernâni L. S. "Memória da Cidade: Monumento nacional desde 1986". *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXXV, n.º 3 (2006).
- Moura, Nuno Augusto Monteiro de Campos. "A Foz do Douro: evolução urbana. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto". Dissertação de mestrado. Universidade do Porto, 2009.
- Portaria n.º 323/2013, de 23 de maio de 2013, que classifica o conjunto da Foz Velha no concelho do Porto como conjunto de interesse público (DR, 2ª série, n.º 106, de 3 de junho de 2013).
- Portaria n.º 574/2011, de 30 de maio de 2011, que classifica o passeio marítimo e a Avenida de Montevideu no concelho do Porto como conjunto de interesse público (DR, 2ª série, n.º 109, de 6 de junho de 2011).
- Sampaio, Alberto. *As Póvoas Marítimas*. Lisboa: Editorial Veja, 1979.
- Vasconcelos, Domingas R.; Francisco Sousa Rio y José Resende Dias. "A frente marítima do Porto: uma paisagem urbana a salvaguardar e valorizar". *II Encontro CITCEM – O Mar: Patrimónios, Usos e Representações*, 1-9. Porto: CITCEM, 2011.